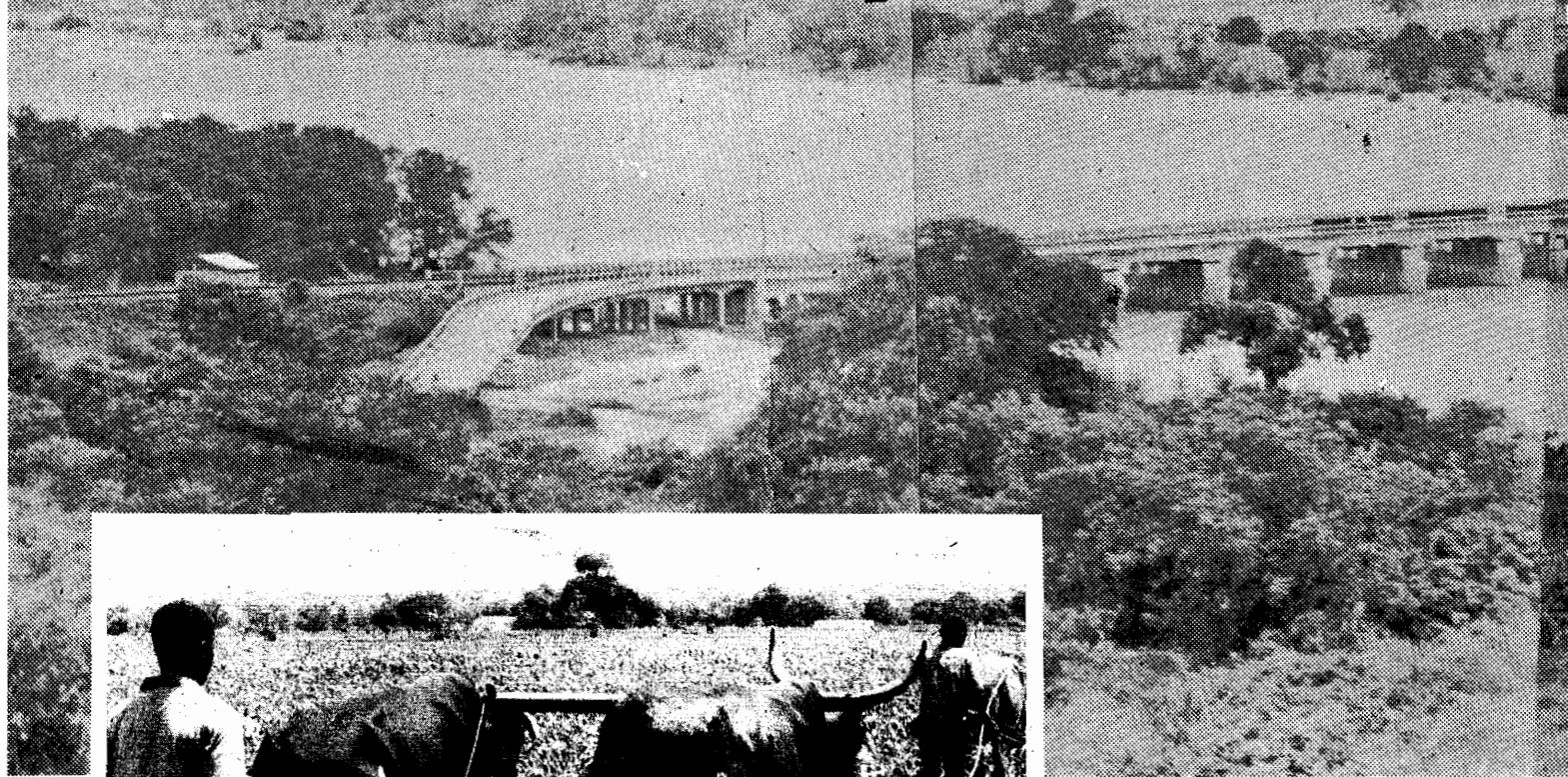


Vale do Limpopo



T. (342) 24/4/77

COLEC DO CA



O Vale do Limpopo é atravessado pelo grande rio do mesmo nome, cujo afluen-
te, o rio dos Elefantes está agora a começar a ser controlado pela
barragem de Massingir cujos trabalhos se vêem na foto pequena
ao lado. A barragem ficará pronta no corrente ano e
permitirá irrigar várias dezenas de milhares de hectares de
terras férteis o que irá duplicar a produção de alimentos. Mas no Vale
do Limpopo não são apenas as obras os factores mais importantes,
são os próprios homens que se transformam política,
económica e socialmente



CTIVIZAÇÃO ELEIRO DO PAÍS

No Vale do Limpopo, assim como em todo o país, a luta de classes continua. Ali no campo, antigos explorados queriam tornar-se novos senhores de terras, patrões de outros camponeses, mas as suas tentativas têm sido frustradas pelo povo organizado. Da confluência do rio dos Elefantes até à planície de Chicumbane junto à foz, um rio está sendo dominado e aproveitado, populações inteiras organizam-se política e socialmente transformando a derrota provocada por uma calamidade natural (as cheias recentes) numa vitória contra a exploração e pela socialização do campo.

A colectivização avança impetuosamente no grande e fértil Vale do Limpopo. Ali os camponeses passaram à ofensiva!

Para além do Zambeze, o Vale do Limpopo, por onde corre o rio que lhe deu o nome na Província de Gaza, é um dos maiores e mais ricos de Moçambique. Ali depois de concluídas as barragens previstas de Massingir e Mapai e feitos grandes trabalhos de abertura de canais em ambas as margens do rio Limpopo, poderão ser irrigadas num futuro distante cerca de meio milhão de hectares de terras férteis.

Para já, conta-se ainda este ano com a conclusão da Barragem de Massingir conforme determinam as directivas económicas emanadas do 3.º Congresso da FRELIMO. A conclusão desta barragem iria permitir por um lado o aumento do próprio regadio já existente no Chokué (Alto Limpopo) com uma ampliação na ordem de 15 mil hectares dos 12 mil já ali existentes. Esta ampliação é possível em virtude de existirem infra-estruturas, como canais de rega, e outros factores.

Por outro lado Massingir permitirá a concretização do projecto de regadio de uma área nova de 45 mil hectares o que iria duplicar ou triplicar a actual produção do Vale.

Sabendo-se que nas áreas irrigáveis é possível fazerem-se duas colheitas por ano, não é por acaso que se diz que o Vale do Limpopo será o futuro celeiro de Moçambique.

As cheias recentes que destruíram grande parte das infra-estruturas existentes e fizeram atrasar os programas e as metas estabelecidas não fizeram contudo esmorecer o entusiasmo tanto das massas como dos quadros técnicos tendo o Partido desenvolvido um intenso trabalho político para transformar a dor numa força organizada de modo a que uma nova calamidade natural não destrua mais vidas e bens da população. Assiste-se também a uma grande ofensiva de colectivação do campo e construção de futuras Aldeias Comunaís.

Outrossim o Ministério de Agricultura e o Ministério das Obras Públicas como veremos mais adiante já começaram a elaborar e pôr em prática planos concretos para que as directivas do 3.º Congresso da FRELIMO sobre Gaza e mais especificamente sobre a agro-pecuária no Vale do Limpopo, atinjam metas previstas até 1980.

Mas o Vale do Limpopo não é apenas o que mencionámos nos parágrafos anteriores. Aqui se trava uma dura batalha política e produtiva, uma guerra prolongada contra a existência e os vestígios do colonial-capitalismo.

Na verdade, o Vale do Limpopo era um dos redutos da polí-

tica colonialista em Moçambique. Era uma das principais bases de ensaio da teoria da colonização de fixação dos explorados camponeses portugueses para a capitalização do campo moçambicano e também com vista à formação de uma burguesia camponesa uma elite negra do campo, bem assilada embora.

Efectivamente, o colonial-fascismo tinha apostado em transformar ali Moçambique em Portugal e moçambicanos em portugueses através de uma imposição cultural, política e económica.

A conquista da Independência e a extensão do Poder Popular Democrático a todo o país abriu uma brecha demolidora nesse projecto. Contudo, os vestígios e sequelas persistem e daí a intensificação da luta de classes que se trava presentemente em todo o Vale do Limpopo, aliás como em todo o país resultado da luta contra o capitalismo e o imperialismo em todos os campos.

Como veremos mais adiante contra esta situação erguem-se alguns antigos e novos exploradores, individualistas, e antigos explorados com tendência a «senhores de terras», que exultam com cada fracasso dos camponeses organizados colectivamente e são os principais propagandistas de boatos e calúnias, agentes de todos os exploradores a nível do campo.

No Limpopo como em toda República Popular de Moçambique a luta de classes agudizar-se-á bastante nos próximos anos, mas os camponeses contam agora com o seu Partido de Vanguarda que lhes levará à vitória contra o capitalismo no campo.

Veremos por outro lado no texto que se segue, e onde se especificam os programas estabelecidos e as dificuldades encontradas na implementação das directivas do 3.º Congresso pelo Ministério de Agricultura, que a colectivação da terra e a proletarianização do campo (aparecimento impetuoso do operariado agrícola consciente trabalhando em formas avançadas de produção) é o único caminho para a modernização do campo, avanço da revolução e a criação das bases materiais do socialismo.

Não nos podemos esquecer que alguns países socialistas por não terem levado por diante e em profundidade a colectivação do campo estão hoje a ter problemas quer económicos quer políticos. Mas isto é um problema que abordaremos num outro trabalho sobre o campesinato.



Aspecto das obras de barragem de Massingir em 1973. Esta barragem iria servir a política colonial-fascista no Vale do Limpopo, a construção de uma área tampão com a fixação de colonos portugueses. Seria também uma forma de capitalização do campo com intuito de de formação de uma burguesia nacional no campo, uma elite negra bem assimilada. Agora com a Independência e a revolução a conclusão da barragem servirá o país e as grandes massas camponesas

O Vale do Limpopo como todos nós sabemos constitui uma das grandes potencialidades do nosso país, muito embora durante o período colonial ele tivesse servido uma pequena minoria e fosse explorado essencialmente à base de colonos portugueses sem qualquer intervenção directa do Estado e sem intervenção e sem participação directa das massas camponesas moçambicanas..

O próprio sistema de colonização do regadio permitiu que o sistema colonial se implantasse e criasse uma situação de desvantagem para com as populações e de discriminação e exploração em relação às massas camponesas.

Com a queda do regime colonial e com o avanço da revolução moçambicana e respectiva tomada do poder pelas massas camponesas, com a ocupação da terra ou

seja com a restituição da terra às massas camponesas o processo de ocupação do Vale do Limpopo toma outras perspectivas.

Mas dado precisamente ao passado em que se exacerbava a ideia de ocupação individual da terra, a ideia de patronato de ocupação da terra gerou-se no Vale do Limpopo durante a primeira fase do período de independência um princípio de corrida por parte de alguns camponeses moçambicanos para a posse e senhoria das terras abandonadas.

Houve portanto uma corrida à ocupação individual da terra, inclusivamente a já com espírito de alargarem as áreas de ocupação, com prejuízo para a maioria das massas camponesas.

Por outro lado o apoio que se começou a dar às massas camponesas no sentido de ocupação da terra na base do processo colectivo trouxe precisamente para a zona de regadio do Limpopo situações um tanto ou quanto difíceis dado que começaram a aparecer sistemas não só de ocupação colectiva como também de ocupação individual

Por outro lado, a dificuldade que se criava com a ocupação individual da terra (dada a falta de capacidade de produção individual em larga escala por parte das massas camponesas moçambicanas) poderia vir a comprometer a produção, o aproveitamento e as potencialidades do regadio do Limpopo. Daí precisamente por decisão do Partido as estruturas estatais lançaram-se numa campanha de lançamento de Unidades Estatais de Produção com todas as dificuldades de um primeiro ano de campanha, dado que não só em termos de equipamentos, cuja maior parte pertencia a colonos portugueses e se encontravam em más condições técnicas de utilização, como de toda a problemática que envolve unidades estatais de produção, em termos de pla-

nificação de organização, de aprovisionamento e de factores de produção, tudo isso criou certas dificuldades, pelo que neste primeiro ano de campanha de desenvolvimento de machambas estatais não se conseguiram resultados favoráveis.

Mas e sobretudo devido ao problema social que se começava a gerar no regadio do Limpopo, houve necessidade de uma intervenção mais directa, uma intervenção mais pronta no sentido de eliminar de evitar qualquer situação de nascimento de uma pequena burguesia



Existem infra-estruturas no regadio do Chokué como valas de irrigação com bombagem, mas que foram danificadas nas últimas cheias. As infra-estruturas permitirão facilmente o aumento do regadio naquela região do Alto-Limpopo

nacional campesina, nascimento de uma situação nova de exploração do homem pelo homem entre moçambicanos. Daqui precisamente as estruturas do Partido e Governo lançaram-se numa campanha de reconversão do regadio do Limpopo com base no sistema colectivo de produção quer através das machambas estatais quer através das cooperativas.

É neste contexto que se pretende essencialmente transformar o regadio do Limpopo, e todo o Vale do Limpopo no celeiro de Moçambique, com base em unidades estatais de produção, em cooperativas agrícolas de produção e em certa me-

da também com base em unidades privadas ou individuais desde que elas garantam a produção nos terrenos por elas ocupadas.

Para que esta ideia se concretizasse foi necessário desenvolver-se um trabalho de estudo da situação concreta do Vale do Limpopo em termos de infra-estruturas existentes, equipamentos e força produtiva humana. Com estas condições analisadas e com base nas directivas económicas emanadas pelo 3.º Congresso da FRELIMO iniciou-se um estudo para a programação da campanha

presente é ainda necessário focar três aspectos: Primeiro, as dificuldades que foram sentidas no ano passado. Segundo, a situação das cheias, situação de calamidade que fez acelerar as medidas de fundo que se sentia que eram necessárias tomar. As cheias empurraram e demonstraram como era imperativo resolver a situação do Vale do Limpopo. Terceiro, as próprias acções que já estão a ser tomadas, que já se iniciaram no Vale, quer no regadio do Chokué (Alto Limpopo), quer no Xai-Xai (baixo Limpopo), onde se encontram várias brigadas a trabalhar política e técnica-mente.

REGADIO DO CHOKUÉ: DIFICULDADES E AVANÇOS

Como se disse no ano passado os trabalhos iniciaram-se com variadíssimos problemas. No regadio do Chokué as principais dificuldades encontradas diziam respeito à distribuição das terras do regadio, o que originou sucessivas modificações nas áreas previstas para o sector estatal.

Por um lado a ocupação desordenada das terras, a política de protecção seguida durante o período colonial e por outro os contratados moçambicanos que ainda existiam e pretendiam transformar-se em novos senhores de terras, contando para isso com o apoio de uma determinada estrutura do Aparelho do Estado que era preciso escangalhar e que só agora começou a ser escangalhada.

Nessa distribuição da terra pretendeu-se inicialmente distribuir para o sector estatal a maior parte do regadio, liquidando, diga-se de uma vez e fora da ligação com as massas com toda a exploração individual da terra. Isto criou uma situação política difícil que exigiu a intervenção na altura de uma comissão dirigida pelo Comissário Político Nacio-

Em relação à actuação

nal e Ministro do Interior que foi comandar uma redistribuição das terras.

Entretanto, já se tinham iniciado os trabalhos, pelo que esta redistribuição das terras originou uma certa confusão no sector estatal que já tinha começado a laborar em várias zonas que foram novamente distribuídas a privados ou a cooperativas.

Esta confusão que se gerou dificultou o trabalho. Por outro lado havia falta de quadros responsáveis para a direcção e inexperience na organização e programação dos trabalhos. Para além dos quadros de direcção havia também falta de quadros técnicos.

Devido outrossim à dispersão geográfica das áreas afectadas ao sector estatal por motivo da nova redistribuição o controlo tornou-se bastante difícil, acrescentado à referida falta de quadros de direcção e quadros técnicos.

Depois houve também o atraso da chegada do equipamento agrícola e de outros meios de produção. O equipamento agrícola chegou muito tarde o que veio atrasar bastante os trabalhos, assim como os próprios pro-

ductos químicos que nem chegaram.

Finalmente, não por culpa da comissão que trabalhava, mas devido à tal estrutura que lá existia ou das pessoas que estavam integradas nessa estrutura, foram distribuídas ao sector estatal todas as áreas de mais baixa rentabilidade: zonas salgadas, zonas cansadas, o que como é óbvio veio também dificultar o trabalho.

Outra situação melindrosa era a falta de trabalhadores. O sector Estatal tinha falta de trabalhadores para os trabalhos de campo. Ligado à falta de trabalhadores—que se teve de ir buscar à zona do Bilene Macia e outros distritos—acontecia que as habitações que antigamente pertenciam aos colonos foram também distribuídas indiscriminadamente, o que deu origem a que os trabalhadores do sector estatal não tivessem casa para viver, o que os obrigava a deslocações permanentes. Este facto originou também a partida dos que trabalhavam e não tinham condições para viver:

Isto foram as dificuldades encontradas pelo sector estatal no Alto Limpopo.

PROGRAMA GERAL DE TRABALHOS AGRÍCOLAS

Mas afinal o que é que se tinha programado para a campanha de 1976-1977?

Em todo o Vale do Limpopo—alto e baixo—tinha-se programado as seguintes culturas: 5750 ha de arroz; 1600 ha de Trigo; 200ha de batata, 100 hectares de hortícolas; 200 ha de tomate industrial; 60 ha de Luzerna; 90 ha de cebola e 250 ha de milho. Isto correspondia ao fim ao cabo aos números programados para toda a província de Gaza.

BAIXO LIMPOPO AGRICULTURA E PECUÁRIA

No Baixo Limpopo no sector agrícola iniciaram-se os trabalhos em zonas abandonadas. Aqui já não se tiveram os mesmos problemas do regadio do Chokué pois haviam largos milhares de hectares de terra abandonados, tendo-se no entanto iniciado os trabalhos sem estruturas, sem quadros, contando apenas com as próprias forças de província de Gaza e pouco mais. Ao nível nacional foi prestada ajuda àquela zona com tractores

e outros materiais mas só agora é que esse material chegou lá e se começou verdadeiramente a trabalhar.

No Baixo Limpopo se bem que não se levantassem os problemas de distribuição de terra como já se disse, lutou-se todavia com falta de quadros, atraso na chegada dos meios de produção, falta de instalações para trabalhadores, etc.

Existem na Província de Gaza, no campo pecuário para cima de 25 mil cabeças de gado abandonadas do sector empresarial, sabendo-se que o gado do sector empresarial é o gado de raça melhorada como Braman, Afrianders, Simental, etc. Todo gado importado, e com um alto potencial genético. Esse gado está disperso e muito desfalcado tanto por roubo como por abates indiscriminados—sobretudo de touros, por serem animais com aspecto exterior mais farto de carnes e por isso mais cobiçados para o roubo. Mas também foram abatidas vacas e isso foi obra dos próprios operários privados que se encarregaram de as abater em sabotagem directa.

Para este sector de pecuária existem dificuldades no seu reordenamento, porque também houve um grande problema resultante da invasão de cercados. Mas um grande trabalho está a ser desenvolvido encontrando-se neste momento na região um responsável para implementar o reordenamento desse gado.

AS CHEIAS

Entretanto vêm as cheias que no Baixo Limpopo destroem todo o trabalho que o sector estatal tinha empreendido. Tudo o que tinha sido plantado, programado, foi arrasado, desapareceu tudo. Foi trabalho cem por cento perdido, tendo morrido por outro lado muito gado que como já vimos tinha sofrido uma grande redução e andava disperdo. Perdeu-se especialmente gado de leite.



As últimas cheias fizeram grandes estragos no Vale do Limpopo. Actualmente estão programadas o restabelecimento da produção nas empresas agro-industriais e respectivos investimentos em máquinas e técnicos



A grande calamidade natural que foram as cheias recentes resultaram numa tomada de consciência da situação. O Partido desenvolveu um trabalho político intenso transformando a dor em força organizada. Na imagem camponeses do Limpopo erguendo uma casa para uma futura Aldeia Comunal. O Processo de colectivização do Vale começou em força e entusiasmo

Existem 3 unidades produtoras de leite no Vale: duas no Baixo Limpopo e uma no Alto Limpopo. As unidades do baixo Limpopo sofreram muito com as cheias.

Por outro lado os diques foram rebentados e houve uma desorganização mais ou menos generalizada de todo o sistema de regadio.

Mediante a colaboração de uma outra estrutura de que o Ministério da Agricultura está dependente — o Ministério das Obras Públicas — é que se poderá agora fazer novo arranque. Todo o serviço respeitante ao sistema hidráulico é com as Obras Públicas e acontece que se este Ministério não conseguir ter o regadio a funcionar até ao início da campanha agrícola, esta não poderá ter sucesso previsto e programado.

Este é um esforço tremendo que o Ministério das Obras Públicas terá de fazer, porque os prejuízos foram bastantes elevados.

TAREFAS IMEDIATAS E PROGRAMAS

Face à situação de cheias e situação de calamidade foi apresentado pelo Ministério

de Agricultura uma proposta à direcção do Partido e Governo que dizia respeito a reorganização e relançamento da produção no vale do Limpopo de modo a cumprir-se exactamente com as metas definidas pelas Directivas Económicas no 3.º Congresso da FRELIMO.

As metas que o 3.º Congresso definiu para Gaza, no campo do arroz sobretudo, são a produção de 60 mil toaneladas até 1980. Cabe ao sector Estatal cumprir esta meta de produção. Para além de outras metas para Gaza que incluem hortícolas, batata e milho é de facto o arroz que tem maior expressão nos regadios do Limpopo. Aqui se produzem excedentes para alimentar as cidades, pois devemos saber que há produção de arroz nas outras províncias. Face a isto o Ministério apresentou uma proposta à direcção, proposta essa conjunta com o Ministério de Obras Públicas e Habitação (este Ministério tem de construir até 1980 mais de 12 mil hectares de regadio para além de reparar todo o regadio do Chokué e do Baixo Limpopo) para relançar a produção no Vale do Limpopo.

Assim, para além do sector agrícola o Ministério da Agricultura tem à sua responsabilidade a antiga Colónia Limpopo onde, como já é do conhecimento público, houve intervenção estatal.

Esta cooperativa, um dos instrumentos criados pelo colonialismo de apoio aos colonos, era um organismo e não uma cooperativa, era a capa através da qual se ajudavam os privilegiados e era exactamente a estrutura onde os novos senhores de terra se pretendiam encostar para o seu desenvolvimento. Ora foi precisamente este facto que levou o Ministério da Agricultura a propor que a tal cooperativa, que não era cooperativa, passasse para o sector estatal.

Perto do Chokué havia um complexo agro-industrial, que é a integração da produção agrícola até sua transformação em produto industrial e que passou para o controlo estatal. Este controlo permitirá a transformação desse complexo tanto nas relações de produção como no de aumento da produtividade dos trabalhadores.

NOVA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS, CONTROLO ESTATAL E COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL

Verificou-se que seria necessário uma nova distribuição de terras. Por um lado os agricultores que possuíam um ou dois hectares de terra e por outro muitos agricultores que possuíam maior quantidade de terra, não correspondiam às necessidades e aos objectivos de produção, nem politicamente nem do ponto de vista económico.

Do ponto de vista económico, porque não tinham os recursos materiais para efectivamente tirarem da terra que tinham ao seu dispor o máximo de rendimento e politicamente, porque sem se colocarem algumas barreiras estava-se ali a criar a nova burguesia calma e progressivamente e, era essa mesma a tendência.

Como é do conhecimento geral já foram tomadas medidas no Chokué. Essas medidas foram mais ou menos aquelas que foram propostas pelo Ministério de Agricultura e que foi a transformação de todo o regadio do Limpopo numa base avançada de produção. Para isso seria necessário afectar ao sector estatal pelo menos aquelas que foram propostas pelo Ministério de Agricultura e que foi a transformação de todo o regadio do Limpopo numa base avançada de produção. Para isso seria necessário afectar ao sector estatal pelo menos cerca de 10 mil hectares.

Transformação das aldeias, que estivessem incluídas dentro desses 10 mil hectares, em Aldeias Comuns tendo exactamente por base a produção colectiva, a produção do sector estatal.

Quanto ao resto do colono preconizava-se a liquidação dos contratados e os agricultores em funções privadas que tivessem meios de produção ao seu alcance não podiam ter mais que 4 hectares. Outros que não tivessem outro emprego te-

riam um hectare ou dois hectares. A constituição de cooperativas e transformação de todas as aldeias em Aldeias Comunaes, excluindo aquelas em que não fosse possível haver nem cooperativas nem sector estatal, foram outras tantas medidas preconizadas.

Por outro lado havia necessidade de unificar a Empresa Estatal, isto é, terminar com esta questão de haver zonas intermédias onde o controlo não se conseguia fazer. Para isto está sendo feito um intenso o trabalho político. Igualmente a integração da Cooperativa Agrícola do Limpopo no sector estatal permitirá a constituição de um complexo agro-industrial.

As fábricas que passariam para o sector estatal são uma fábrica de laticínios, uma fábrica de produção de tomate — muito moderna e que nunca atingiu a plena capacidade e que neste momento tem falta de equipamento — uma salsicharia, uma fábrica de descaque de arroz e uma moagem que está abandonada e que se pensa transformar numa fábrica de rações e ainda uma fábrica de farinação de Luzerna.

Para se atingir a plena capacidade das fábricas que neste momento têm trabalhado abaixo da sua capacidade não se pode contar com a pequena produção individual. Terá de ser uma exploração integrada que permite exactamente transferir a produção do campo para as fábricas e planificar devidamente a economia.

A fábrica de farinação de Luzerna e a fábrica de descaque de arroz, que estão um pouco antiquadas, terão de receber certos investimentos. A fábrica de moagem terá de ser reorganizada para se transformar em fábrica de rações. Quanto à fábrica de salsicharia o principal problema é não haver porcos para abastecer

a fábrica, pelo que terá o sector estatal de organizar um pocilga para a produção de animais, uma vez que embora se conte com a produção das cooperativas ela não será suficiente. A unidade de produção de suínos situar-se-á na Lionde.

Relativamente à fábrica de laticínios é necessário pôr a funcionar as três unidades de produção de leite que são as únicas que há em Gaza. Para já sabe-se que uma das unidades de produção de leite localiza-se em Guiguliza.

No sector pecuário integrar-se-á parte do gado abandonado, quer no distrito do Limpopo quer nos distritos circundantes. Contudo, nesta fase, e atendendo à economia de quadros, deverá ficar tudo integrado e no futuro ver-se-á se continuará assim ou não. Esta integração será feita com o reordenamento do gado abandonado em unidades bem dimensionadas de produção de gado de corte.

O complexo agro-industrial não será limitado ao regadio.

Há muitas áreas fora do regadio abandonadas e outras com boas possibilidades de produção e que não estão bem aproveitadas. O Estado tem a responsabilidade de as pôr em funcionamento.

Nas áreas de expansão segura do regadio o Partido e o Estado afectarão aquelas terras que julgar mais indicadas.

As principais produções do regadio são o arroz, o milho, horticultura, a batata, a cebola, o tomate e a luzerna. O objectivo primeiro é pôr as fábricas em pleno funcionamento, em segundo lugar compensar a produção de Maputo em relação ao abastecimento dos centros urbanos.

O REGADIO DO BAIXO LIMPOPO E OS PROGRAMAS DE PRODUÇÃO

No Baixo Limpopo existem dois regadios: um que foi montado pelo governo do regime colonial e outro que foi feito pelos particulares. Uma das tarefas do Ministério de Obras Públicas e Habitação é reorganizar todos estes regadios e criar um sistema de regadio único, pois existem problemas com o enxugo das terras, com a distribuição das águas e com as valas quebradas.

Por outro lado, o trabalho de redistribuição das terras está a ser feito e tem de estar concluído até ao fim deste mês. Não se sabe neste momento exactamente as áreas afectadas, mas serão áreas na margem direita e esquerda do Limpopo. No Baixo Limpopo inclui a área de Chibuto e o nosso objectivo é criar uma empresa estatal agro-pecuária que englobará produção de arroz, trigo, gado de leite, gado de corte e um bananal, bananal este que foi destruído pelas cheias e que tem de ser agora replantado. As Unidades leiteiras serão duas, uma que está nas Lezírias e no Lumane, e as unidades de pecuária são as que existem no alto de Changane que estão já sob controlo estatal.

Foi criado também já uma direcção única de todas estas unidades. Quer dizer: em vez de se estar a criar um número elevado de Comissões Administrativas, será criada uma única que dirigirá todas estas unidades. Enquanto uma tem base no Chokué, esta terá base no Xai-Xai.

Para todo este trabalho o Ministério da Agricultura tem contado até este momento com a ajuda internacionalista dos técnicos da República Popular da Bulgária afectos à Província de Gaza e durante o presente trabalho reorganizativo verificou-se a necessidade de

reforçar a equipa técnica que cá estava, exactamente para o sector estatal e para as cooperativas.

Para o sector estatal virão os técnicos necessários quer para o complexo agro-industrial quer para a empresa agro-pecuária no Xai-Xai para cobrir todos os sectores de produção com especial relevo para a maquinaria que é um sector que também preocupa. Virão especialistas em arroz, especialistas em horticultura, especialistas em fito-sanidade, especialistas em maquinaria, mecânicos, técnicos de fábricas, virão zootécnicos e médicos veterinários, contabilistas para o sector administrativo de economia e planificação.

Isto em relação às questões gerais.

NÚMEROS PARA A PRÓXIMA CAMPANHA

O programa do M. A. para 1977-1978 até à próxima campanha prevê os seguintes dados para a Província de Gaza:

Arroz — 10.560 hectares; milho — 1620 hectares. Trigo — 2.620 hectares; feijão — 1.000 hectares; tomate industrial — 300 hectares; horta — 300 hectares; batata — 300 hectares; cebola — 300 hectares.

Para esta programação do sector estatal para toda a Província de Gaza irão os técnicos do M. A. rectificar no próprio terreno os números e quantidades. Faz-se sempre primeiro uma aproximação e afere-se no local as próprias necessidades.

Sobre isto já se fez uma planificação das necessidades em sementes, adubos, produtos químicos, diesel, equipamento e pessoal. Em relação ao pessoal talvez seja o sector que precisa de maiores níveis de correcção, pois existem algumas falhas.

Para se dar uma ideia das despesas de consumo corrente em sementes, produtos químicos, diesel e pessoal prevêem-se despesas dentro

do sector agrícola na ordem dos 230 mil contos. Para equipamento 174 mil contos. Isto porque o Ministério recebeu um parque de máquinas destruído e tem de se fazer quase tudo de novo. O equipamento inclui tractores de rodas, semeadores de arroz, de milho, sachadores, niveladoras, combinadas, debulhadoras, camiões, viaturas, arrancadores de batata, plantadores, enfardadeiras, capinadeiras, ripas, plataformas, pulverizadores, atrelados, etc.

Entretanto já se comprou algum equipamento no ano passado para o regadio de

produção, 12 unidades de recria e uma unidade de engorda.

As necessidades financeiras para a Província de Gaza no sector de gado de corte para despesas correntes são na ordem de 15 mil contos aproximadamente, e 34 mil contos em investimentos. Para o sector de gado de leite — são cerca de 2500 cabeças de modo a atingirem-se os níveis de produção anteriormente alcançados e prevê-se uma despesa na ordem dos 23 mil contos e despesas correntes na ordem dos 5 mil contos. Para suínos são necessários gas-

Há uma ligação directa entre o aumento da área de regadio e das 60 mil toneladas e isto depende também da nova distribuição de terras. Quanto maior área o sector Estatal tiver mais produzirá.

Para este plano conta-se com o apoio da República Popular da Bulgária em técnicos quer para o sector Estatal quer para o sector de Cooperativas.

O SECTOR COOPERATIVO E SUA EXPANSÃO

O Sector da cooperativa tem uma situação diferente do Estatal. Embora hoje já em desenvolvimento grande

cooperativas e Aldeias Comunitais.

Em princípio o que estava previsto pelo Ministério de Agricultura era atingir-se 5 mil hectares para o sector em Gaza, em 21 cooperativas.

No sector pecuário dar-se-ão incentivo à criação de pequenas espécies, galinhas, patos, coelhos, porcos, caprinos e ovinos e em relação ao gado de corte o Partido iniciará um trabalho de criação de cooperativas de criadores de gado.

As principais culturas das cooperativas serão essencialmente as mesmas das do sector Estatal: arroz, Trigo, Milho, Feijão, amendoim, hortas, tomate, batata e Cebola. Não estão previstos grandes investimentos, já que todo o apoio em máquinas e técnicos será dado estruturas do Ministério de Agricultura. Quer dizer que enquanto o sector Estatal tem parque de máquinas próprio, com mecânicos e tudo o resto (as máquinas pertencem às empresas) no sector das cooperativas isso não se passa, porque as Cooperativas ainda não têm a dimensão que justifique a existência de um parque de máquinas só para aquele sector.

Para as cooperativas espera-se também a vinda de técnicos da República Popular da Bulgária precisamente para apoiar as estruturas Provinciais e distritais do Ministério de Agricultura para o avanço do sector cooperativo.

Começou a grande marcha da colectivização do Vale do Limpopo e aqui surgirá uma grande força política e económica que o operário agrícola que juntamente com os camponeses e outros trabalhadores levarão a revolução até ao fim. Durante muitos anos o Vale do Limpopo será também uma escola política e técnica onde os novos quadros se forjarão para a construção da sociedade socialista.



Tanto para as machambas estatais como para a cooperativas de produção o Ministério de Agricultura fará um grande investimento em máquinas. Grande parte do parque de máquinas existentes ou estava inoperacional ou tinha sido sabotado pelos antigos proprietários, como a imagem documenta.

Chokué, simplesmente acontece que não é suficiente e o M. A. terá de investir o dinheiro acima referido.

Para o regadio de Chokué conta-se com o auxílio financeiro da OUA. A Organização de Unidade Africana deu apoio não só para o sector agrário mas também para o das Obras Públicas.

Em relação ao sector pecuário — como já se disse existem 25 mil cabeças abandonadas — pensa-se reorganizá-las em 6 ou 7 unidades de

tos na ordem de 7 mil contos e despesas correntes de outros 7 mil contos para reactivar o sector de produção desses animais.

Por outro lado e no que toca à parte agrícola espera-se atingir em 77/78 no sector Estatal, em arroz, cerca de 31 mil toneladas, o que ainda está muito aquém das metas para 1980. Com o alargamento do regadio poder-se-á progressivamente aproximar-se da meta das 60 mil toneladas preconizadas.

não se poderão dar números precisos neste momento pois as massas camponesas estão em Gaza num processo de colectivização muito acelerado, de modo que tudo o que se poderá ser dito agora está ultrapassado à partida. Pode-se dizer no entanto que 4.600 hectares estavam em mãos de cooperantes em dezenas de cooperativas há 3 meses mas este número de hectares pode já ter duplicado depois das cheias com a dinamização política para a formação de